


PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DO IF FLUMINENSE

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS IF: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Campos dos Goytacazes/RJ – 2015

I. IDENTIFICAÇÃO

 **Nome do curso:** A Educação Profissional e Tecnológica e os IF: desafios e possibilidades.

2. Área de conhecimento: Educação Profissional e Tecnológica.

3. Forma de oferta: Semipresencial

4. Público: O curso será ofertado a todos os servidores do IFFluminense (docentes e técnicos administrativos em educação). Aos novos servidores que ingressaram a partir de 2012, o curso está inserido no programa de capacitação exigido no estágio probatório.

JUSTIFICATIVA

Com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a criação dos Institutos Federais cresce no país a oferta de educação profissional em todos os níveis, do básico ao superior. Essa expansão amplia e potencializa a ação interventiva dos Institutos Federais, na medida em que se criam novos *campi* fazendo avançar o processo de interiorização, oportunizando a profissionalização e a elevação da escolaridade dos cidadãos, garantindo seu direito à educação, às condições dignas de acesso ao trabalho e de vida sustentável.

Essa missão impõe aos Institutos Federais, o desafio e o compromisso de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, com a agilidade necessária para acelerar o processo de escolarização das populações brasileiras em cada território em que se encontram em sua diversidade cultural, justificando-se assim a capilaridade dessas instituições e sua vinculação com o contexto local, regional e nacional.

No debate sobre a oferta e garantia democrática de oportunidades de formação para o trabalho, entram questões que dizem respeito também, a como garantir acesso, permanência e êxito dos estudantes, especialmente daqueles oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade, com histórico de escolarização marcada por interrupções, fracassos e evasões. É esse público que o Instituto também se compromete atender por meio de programas de formação inicial e continuada com elevação de escolaridade, no esforço de favorecer o traçado de itinerário formativo do nível básico ao superior de ensino, exigindo que os Institutos Federais proponham ações afirmativas que resguardem princípios como o da equidade na perspectiva da inclusão e da promoção do desenvolvimento.

Atuação profissional num IF exige que os profissionais valorizem em suas práxis, o humano, científico e tecnológico na perspectiva da formação para o trabalho. O trabalho, numa instituição de educação profissional, está na centralidade da formação, já que é um dos princípios educativos que condensa a ação pedagógica. A formação nucleada pelo trabalho ultrapassa ação educativa direcionada à obtenção de conhecimentos necessários ao “fazer”, para ensejar reflexões sobre a relação dos seres humanos consigo e com o outro na mediação com o trabalho.

O Curso de Capacitação dos Servidores que ora se propõe, é uma ação que se integra à valorização da formação continuada daqueles cujo espaço de atuação é a educação e, portanto, considerados educadores. A formação continuada para esses profissionais, de diferentes áreas de formação, mas de mesmo campo de atuação é indispensável, devendo ser compreendido como necessidade intrínseca à natureza do seu trabalho. Esta formação entendida como dever e, ao mesmo tempo, como direito, é também importante já que possibilita o aprofundamento e a atualização de informações e conhecimentos necessários à propositura de novas formas de participação e formulação de projetos e ações educativas.

Em particular, neste projeto, a discussão trazida por esse curso de capacitação terá como tema central norteador a educação profissional e tecnológica ofertada nos IF, seus desafios e possibilidades. Pretende-se, nas discussões ampliar a reflexão, por exemplo, de valores como o respeito às diversidades culturais e as especificidades do público diverso que se constitui nos sujeitos da ação desenvolvida pelos IF.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

A educação profissional e tecnológica requer forma de atuação específica que considere os sentidos e objetivos para essa modalidade de formação. Este programa se propõe a contribuir para a qualidade dessa educação por meio da promoção de discussões e reflexões que contribuam para ação educativa nessa área, tendo em vista, que ainda são raras, as ofertas de formação de profissionais para esse campo. Deste modo, constitui seu objetivo geral, contribuir para a formação continuada de profissionais da educação¹ do IF Fluminense de modo a ampliar seus conhecimentos e possam atuar na construção e

¹ São considerados, para efeito deste Projeto Pedagógico, profissionais da educação, todos os servidores docentes e técnicos administrativos em educação do IF Fluminense.

execução de ações educativas com vista à formação profissional de jovens e jovens e adultos em relação com o trabalho nos diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica.

4.2 Objetivos específicos

- Contribuir para o enriquecimento da formação dos trabalhadores da educação que atuam no IF Fluminense com conhecimentos necessários a construção de práxis educativa que considere as peculiaridades e especificidades da formação profissional.
- Aprimorar a reflexão sobre o papel e os desafios da educação profissional para o desenvolvimento social, econômico e político do território de abrangência do IF Fluminense e do país.
- Oportunizar aos educadores cursistas reflexão acerca do contexto sociocultural onde são produzidos os conhecimentos e seu diálogo com os saberes de que são possuidores os estudantes, em especial, os estudantes trabalhadores.
- Despertar atenção e consideração da noção de territorialidade na propositura de ações e projetos que possam contribuir para o desenvolvimento humano e econômico do mesmo.
- Incentivar ação educativa nos diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica ofertada pelo IF Fluminense, inclusive aquelas com ênfase na inclusão e emancipação.
- Ampliar as reflexões sobre as dimensões e princípios importantes na formação para o trabalho com vistas à construção de sociedade mais justa.
- Promover a comunicação por meio da linguagem em todas as suas dimensões como por exemplo: a educativa, a interpessoal e a tecnológica com vistas ao desenvolvimento humano e institucional.
- Divulgar conhecimentos relacionados ao serviço público e sua regulamentação.
- Discutir a relação entre gestão e qualidade da educação profissional.

5.CONTRIBUIÇÕES QUE O CURSO PRETENDE OFERECER AOS EGRESSOS

A oferta de curso de capacitação aos profissionais da educação do IF Fluminense, pressupõe a ampliação de conhecimentos, que favoreçam elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas e projetos educacionais, políticas educacionais

e gestão democrática, tendo em vista sua atuação na educação profissional e tecnológica em todos os níveis, com atenção especial para os cursos e programas direcionados à formação da classe trabalhadora, considerando o território de abrangência de sua ação educativa e formadora.

6. SOBRE A OFERTA SEMIPRESENCIAL

Com os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), especialmente para a educação, este curso de formação continuada será oferecido com a intermediação das TIC, predominantemente a distância.

O uso da EaD favorece e oportuniza a participação de maior número de profissionais no curso de formação continuada, tendo em vista a mobilidade e a dinâmica dessa oferta de ensino para o público a que ele se direciona. O uso da EaD permite também que, enquanto cursistas, os trabalhadores da educação adquiram conhecimento sobre como utilizar essa modalidade de ensino, estimulando-os a introduzir o uso das tecnologias na ação pedagógica por eles empreendida.

7. CARGA HORÁRIA E PERIODICIDADE

O curso tem como eixo temático a Educação Profissional e Tecnológica, sua duração de 05 (cinco) meses (março de 2015 a agosto de 2015) e organizado em módulos. Sua carga horária total é de 190 horas.

A previsão do período de execução do curso será:

Data de início: março de 2015

Data de término: outubro de 2015

OBS.: Calendário Anexo

8- COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação geral do curso de capacitação de que trata o presente projeto pedagógico está a cargo da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e da Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação em Educação do IFFluminense e apresenta a seguinte estrutura com suas devidas atribuições:

I.Coordenação Geral do Curso: Pró-Reitoria de Desenvolvimento institucional e Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação.

- **Atribuições da Coordenação Geral:** Proposição, divulgação, implantação e acompanhamento do curso.

II. Professores -pesquisadores/formadores coordenadores dos módulos:

- **Atribuições dos Professores-pesquisadores coordenadores dos módulos:** propor os conteúdos dos conhecimentos que constituirão o módulo; desempenhar as atividades de docência no módulo; acompanhar as atividades acadêmicas dos professores colaboradores, desenvolver estratégias de acompanhamento do desempenho dos cursistas mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso; definir com os colaboradores a metodologia de avaliação do aluno; desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino aplicadas no módulo de sua responsabilidade e elaborar relatório sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, no seu módulo.
- Os professores pesquisadores/formadores coordenadores dos módulos serão convidados.

III. Professores colaboradores:

- **Atribuições dos Professores Colaboradores:** coordenação, monitoramento e acompanhamento das atividades de docência (acompanhamento *on line* e presencial em plantões de atendimento aos cursistas).
- Cada Núcleo do IFFluminense deverá ter, pelo menos, um professor colaborador responsável pelas atribuições desta função.
- Os professores colaboradores participarão de ‘Chamada para candidatura’ e apresentar o perfil definido para ocupação das vagas.

Obs: O professor responsável por cada módulo deverá reunir-se com os professores colaboradores antes do início dos trabalhos e durante o período de desenvolvimento do módulo de forma a estabelecer a sustentabilidade, acompanhamento e avaliação adequada da proposta pedagógica.

9. A CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Na construção dos conhecimentos pretendidos neste curso de formação continuada considerou-se que os educadores cursistas são profissionais em exercício de suas atividades educativas, cuja ação educadora produz, continuamente, conhecimentos sobre a realidade

institucional, sobre as formas de ser trabalhador em educação, especialmente em educação profissional e tecnológica em cada nível/modalidade de ensino e sobre como essa identidade profissional constitui o sujeito educador.

Desse modo, o trabalho emerge como princípio educativo, por ser ele delineador de sujeitos educadores, que ao se formarem, transformam a si e ao mundo. Os conhecimentos adquiridos nas práticas dos servidores precisam, portanto, emergir para serem valorizados, dialogando com as abordagens dos conhecimentos construídos no curso, para poderem ser (re)significados e apreendidos novamente pelos sujeitos cursistas, subsidiando mudanças na continuidade da sua ação.

Assim, o que se propõe é que os conhecimentos contemplem tanto as dimensões teórico-conceituais quanto os métodos de pesquisa, próprios de cada campo da ciência, criando a possibilidade de realização de exercícios de investigação, que possibilitem a aplicação de aspectos conceituais nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas.

O desenho escolhido para organizar os fundamentos do curso foi proposto em eixos centrais e transversais que possibilitam maior flexibilidade quando da consolidação da proposta de curso de formação continuada pela instituição.

A escolha dos eixos teve como objetivo possibilitar construções interdisciplinares das abordagens, contemplando as interfaces possíveis entre o eixo central e cada tema transversal e dentro deles. Os eixos em conjunto devem representar uma síntese das discussões entre ciência, tecnologia, natureza, cultura e trabalho, que permitam conformar as áreas de educação profissional, favorecendo a aproximação entre elas, por meio dos fundamentos que sustentam os processos de construção desses conhecimentos e os fenômenos educativos que envolvem subjetividades e formas de manifestar os processos vivenciados pelos cursistas.

Assim, a discussão e o aprofundamento sobre educação profissional e tecnológica, na perspectiva das ciências que fundamentam a educação e a reflexão sobre a realidade, com foco nos princípios e missão do IFFluminense estarão permeando os eixos. Outro aspecto básico à construção do currículo do curso diz respeito à atenção à diversidade de modos de vida e de identidade dos sujeitos e dos objetos de conhecimento dessa educação, quanto às especificidades locais e regionais; às diferenças de classe, geracionais e de gênero; às matrizes étnicas e culturais; às diferentes éticas religiosas; à educação inclusiva, além de aspectos importantes da gestão da educação profissional.

Os conhecimentos serão trabalhados utilizando-se interfaces das TIC, abordando teoria e prática de pesquisa em programas e projetos de educação profissional e tecnológica,

especialmente, aquelas integradas à educação básica. Por tratar-se de curso semipresencial com uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), será providenciado, para àqueles servidores que não possuem experiência em plataformas de aprendizagem, conhecimentos necessários que os ambientem nessas tecnologias.

10. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO: TEMA CENTRAL, TEMAS TRANSVERSAIS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA –

total: 190 horas (19 semanas).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no contexto Social Brasileiro. O servidor público numa Instituição de Educação Profissional.

Modalidade do curso: mediação pelas TIC

EMENTA:

Este curso tem o objetivo de favorecer o debate das políticas atuais para a educação profissional e tecnológica na construção da nação brasileira. Faz uma retrospectiva de educação profissional e tecnológica no Brasil numa abordagem socioeconômica, sociopolítica e sociocultural, em especial considerando o contexto do desenvolvimento local e regional.

Apresenta fundamentos da EPT; a educação profissional como um processo social de integração, contradição e transformação da sociedade.

Ressalta a ética profissional necessária a uma instituição pública de educação que serve à sociedade e que deve dialogar insistentemente com diferentes atores sociais. Portanto, este módulo prioriza as políticas atuais e suas implicações no serviço público, a legislação em vigor, além de colocar em foco a percepção e gerenciamento do clima do ambiente de trabalho, o convívio com as diferenças e a valorização da diversidade e interatividade, na perspectiva de uma prática solidária.

I.TEMA CENTRAL: A Educação Profissional e Tecnológica e os IF (30h) – Prof^ª Guiomar Valdez

- 1.1. O Contexto da Sociedade Brasileira; o Sistema Educacional Brasileiro;
- 1.2. A Formação Profissional e Tecnológica no Brasil;
- 1.3. Fundamentos de EPT;
- 1.4. A criação da rede federal e os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. As bases legais da EPT; a expansão da rede federal; Os Institutos Federais e o compromisso com a educação pública.
- 1.5. A Responsabilidade Social dos institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

1.6. O IFFluminense e sua atuação regional. A educação profissional no contexto do desenvolvimento local e regional sustentável; Conceito de sustentabilidade e de territorialidade.

1.7. O referencial teórico da educação profissional: educação como processo social de integração, contradição e transformação da sociedade.

1.8. Abordagens socioeconômica, sociopolítica e sociocultural da educação profissional e tecnológica.

Ciclo de palestras e apresentação de seminários: 10h

Desenvolvimento regional e o Instituto Federal Fluminense

- A discussão dos problemas locais e regionais e a atuação do IFFluminense

Bibliografia Básica

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada. Volume 4, nº 2, p. 379-397. Abril/junho. 2000

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Brasil.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Lei no. 11.741 de 16 de julho de 2008. Brasília. Brasil.

_____. Lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de educação Tecnológica e dá outras providências.

_____, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____, Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes nacionais para a educação técnica de nível médio.

CUNHA, F. M. Educação tecnológica e a formação integral do homem. Educação & tecnologia, jul./dez. 1996, p. 17-20.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educação & sociedade, Campinas, vol26, n.92, p. 1087-1113, especial – Outubro 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 21 de maio de 2010.

Bibliografia Complementar

FRIGOTTO, G. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

MACHADO, L. R. de S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. Trabalho e Educação. Coletânea CBE, Campinas, Papirus, 1994^a.

NOSELLA, P.; ARROYO, M, et al. Trabalho e Conhecimento – Dilemas na Educação do Trabalhador. Ed. Cortez, 2012.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001p.19

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

II. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho (30h) – Prof. Maurício Vicente

- 2.1. Os desafios para as Instituições de formação profissional (ampliação da oferta; emancipação e transformação social)
- 2.2. Lugares e sentidos da formação para o trabalho
 - a. aspectos históricos, filosóficos e políticos
 - b. A formação para a emancipação
- 2.3. Dimensões e princípios da formação para o trabalho
- 2.4. A escola unitária e a politecnia
- 2.5. A ação pedagógica que a formação para o trabalho requer.
- 2.6. Desafios para a formação do trabalhador jovem e jovem e adulto.
 - a. A formação do jovem e do jovem e adulto para o trabalho - uma questão de direitos e de políticas públicas.
 - b. Dificuldades e possibilidades no processo de escolarização do trabalhador jovem e jovem e adulto:- desafios do programa quanto ao acesso, permanência e êxito.

Bibliografia Básica

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, 2006.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria Interministerial nº 1.082 de 20 de novembro de 2009

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1015 de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Mulheres Mil.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 168 de 07 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

CANÁRIO, R. Complexidade e Diversidade da educação de adultos. In: CANÁRIO, R; CANÁRIO, R; NÓVOA, A. Educação de Adultos: Um Campo e uma Problemática. Lisboa: Educa. 1999.

FREIRE. Educação como prática de liberdade. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUKÀS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, 1-18, 1978.

MACHADO, Lucília. Currículo em bases contínuas. São Paulo, IIEP, 2005 (mimeo)

MACIEL, Antônio Carlos. Projeto Burareiro: Politecnia e educação Integral à Luz da Pedagogia Histórico-Crítica. IV Simpósio Trabalho e educação. Ago-2007.

SANTOS, Boaventura Souza. A Construção Multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES n.135. Janeiro 1999. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135pdf>

SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org). Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões. Natal: IFRN, 2009.

Bibliografia Complementar

HABERMAS, J. A Inclusão do Outro: estudos de teoria política 3 ed. São Paulo, Edições Loyola. 2007.

WERTHEIN, J; NOLETO, M. J. (Orgs.). Pobreza e desigualdade no Brasil – traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004.

VENTURA, J. P. Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade Brasileira. 2008, 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

III. A Comunicação humana (40h)

Parte I: Profª Hélia Cunha Coelho

- | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>3.1. A história da linguagem. A Comunicação humana. A argumentação e a Nova Retórica.</p> <p>3.2. Linguagem e Comunicação. A linguagem oficial como instrumento de trabalho;</p> <p>3.3. Os sistemas utilizados na Instituição e pelo serviço público</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

- 3.4. As tecnologias da Informação e da Comunicação na sociedade contemporânea
- 3.5. A comunicação face a face e a comunicação mediada pelas TIC. As Novas Tecnologias e Educação.
- 3.6. A comunicação e os instrumentos móveis; a importância e as implicações das redes sociais como meio de comunicação e instrumento para a aprendizagem;
- 3.7. Os principais recursos midiáticos para a estruturação de trabalhos educativos;

Ciclo de palestras e apresentação de seminários (10h)

Importância das TIC para a educação

Bibliografia Básica

MAZZOTTI, T. B. (2007). A Virada Retórica. Educação & Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2º Semestre de 2007, p.77-104.

Bibliografia complementar

PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. (1996). Tratado da Argumentação: A Nova Retórica. São Paulo. Martins Fontes.

PERELMAN, C.(1993). O Império Retórico: Retórica e Argumentação. Porto – Portugal, Edições ASA.

IV. O Serviço Público e sua regulamentação

PARTE 1 - 30h - Profª Luciana Costa (CPPD) e Ricardo Bessa (CISPCCTAE)

- 4.1. Legislação Aplicada à Gestão Educacional e Administrativa; Lei No. 8112/90;
- 4.2. Plano de Carreira do professor; a lei No.12772/2012;
- 4.3. Plano de Carreira do servidor técnico-administrativo em educação; a Lei No.11.091/2005;
- 4.4. A Regulamentação da Atividade Docente no IFFluminense – RAD;
- 4.5. A Regulamentação da Atividade do Servidor Técnico-administrativo em educação- RAT
- 4.6. As relações no trabalho. Ética e Cidadania.

Bibliografia Básica

BRASIL. MEC. **LEI Nº 8.112, de 11 DE dezembro de 1990**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília. 1990.

BRASIL. MEC. **Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005**, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

IFFLUMINENSE. Resolução N°.03/2014. Regulamentação da Atividade Docente no IFFluminense – RAD

IFFLUMINENSE. Resolução N°.XX/2014. Regulamentação da Atividade do Servidor Técnico-Administrativo em Educação– RAT

PARTE 2 – 30h - Profº Júlio Araújo

4.7. Orçamento Público; Licitações, Contratos e Convênios na Administração Pública; a Contabilidade Básica;

4.8. A transparência no Serviço Público. Auditoria no Serviço Público;

4.9. A Lei da Informação No. : a nova relação da Instância Pública com a sociedade e as práticas na Instituição.

4.10. A publicização da informação X propriedade intelectual: convergências e divergências.

Ciclo de palestras e apresentação de seminários (10h)

Bibliografia Básica

BRASIL. MEC. Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. MEC. Instrução Normativa SFC/IMF N.º 01, de 06 de abril de 2001, que Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

BRASIL. MEC. Lei N.º 131, de 27 de maio de 2009, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000, que por sua vez estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

BRASIL. MEC. Lei N.º 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

V. A Gestão democrática da educação Profissional (30h) –

- 5.1. Relação entre gestão e qualidade da educação profissional.
- 5.2. Pressupostos e princípios da gestão democrática da educação.
- 5.3. Projeto político-pedagógico como instrumento de gestão democrática. O PDI do IFFluminense.
- 5.4. Articulação da gestão da educação com outras políticas públicas de formação do trabalhador.

Bibliografia Básica

BUSSMANN, A C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola; uma construção possível. Papirus: Campinas SP, 1996, p. 37-52.

FERNANDES, M E A. Avaliação institucional da escola: base teórica e construção do projeto. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2001.

OLIVEIRA, D A; ROSARIA M de F. F. (Orgs). Política e gestão da educação. Autêntica: Belo Horizonte, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar

ERREIRA, N S. C; AGUIAR, M A da S. Gestão da educação; impasses e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2000.

ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire/Cortez, 1998.

11. METODOLOGIA

O curso será desenvolvido em módulos, na modalidade semipresencial. Os temas serão tratados de modo a ensejar integração teoria e prática, a partir da problematização de situações reais; reflexão-ação-reflexão da prática vivenciada; estudos de caso; discussões e produções interativas e participativas utilizando as diferentes interfaces do Ambiente Virtual de Aprendizagem moodle.

A principal proposição do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências e objetos de análise da educação profissional e tecnológica por isso, serão utilizados, prioritariamente, fóruns de debates, *chat* e *week*. O acesso à plataforma para estudos e participação nas atividades deverá ser realizada pelos cursistas com frequência mínima de

até dois dias por semana. Para os servidores em regime de 40h, o acesso poderá ocorrer durante a jornada diária de trabalho a partir de negociação com os gestores e seus pares de modo a não interferir na qualidade do atendimento ao trabalho.

Serão realizados ciclos de palestras, seminários e apresentação de trabalhos científicos presenciais e/ou interativo via vídeo ou webconferência, com o objetivo de enriquecer o processo formativo, valorizar as produções científicas dos servidores e ampliar diálogos que integrem educadores e cursistas. Os encontros terão, também, por finalidade ampliar as reflexões sobre as diversas atividades realizadas pelos servidores no Instituto Federal e suas relações com a atividade educativa que é a atividade fim dessa Instituição e permitir aos participantes incorporarem de modo crítico, autônomo e pleno a missão dos institutos Federais e qualificarem sua atuação em consonância com os fundamentos e princípios que os sustentam.

O ciclo de Palestras e Seminários será obrigatório e da responsabilidade de profissionais da Instituição que se comprometem com a democratização da produção científica. Os seminários ocorrerão ao final de cada módulo e os temas deverão versar sobre a temática dos módulos. Vislumbrando a integração dos servidores motivada pela discussão centrada na educação profissional e o papel dos Institutos, essas atividades serão organizadas em tempo integral sendo constituída de um momento único com todos os participantes e um momento seguinte, em grupos de discussão a partir de temas de livre escolha. Ao final de cada disciplina será exigida atividade de produção textual científica (individual ou coletiva) para consolidação dos conhecimentos e reflexões desenvolvidas.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

11.1 Participação em lista de discussão virtual destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre cursistas e professores.

11.2 Participação em atividades de extensão, seminários, congressos e de oficinas temáticas EPT.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O curso será ofertado para todos os servidores do IFFluminense (docentes e servidores técnicos-administrativos em educação), especialmente para os recém nomeados.

14. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

O processo de Avaliação neste curso foi construído com base no princípio da avaliação emancipatória que valoriza a participação ativa dos cursistas. Esse processo se caracteriza pela utilização de vários instrumentos que, neste curso, considerarão prioritariamente: aprofundamento das reflexões, participação, interação, frequência e relevância das contribuições; os diálogos coletivos nos eventos técnicos-científicos presenciais e a autoavaliação.

O processo de avaliação deve acontecer ao longo do curso considerando-se, portanto, a participação, frequência e interação dos cursistas nas atividades na plataforma e nos seminários e debates, sendo que ao final de cada módulo, haverá uma produção textual obrigatória sobre o tema trabalhado no módulo. As orientações e parâmetros para elaboração da produção textual serão definidos pelos professores em cada disciplina.

O registro da avaliação do cursista para efeito de sua promoção obedece aos critérios de assiduidade e de participação nas reflexões, nos diálogos e na construção do conhecimento relativos aos temas dos módulos. Cada módulo do curso oferece terminalidade, de modo a atender interesses e necessidades de cada cursista.

A avaliação será registrada considerando-se pontuação aferida à participação dos cursistas nas atividades do módulo assim distribuída: 30% (trinta por cento) do total da pontuação será atribuída à participação e consistência das contribuições nos fóruns; 20% (vinte por cento) na participação nos *chats*; 20% (vinte por cento) na participação em outras atividades propostas pelos professores ao longo dos módulos e no seminário e 30% (trinta por cento) na produção realizada ao final de cada módulo, perfazendo o total de 100 (cem) pontos.

Ao final da análise de cada instrumento, as participações poderão ser consideradas: '**Muito relevantes**', '**Relevantes**' ou '**Satisfatórias**', o que remete o cursista para a situação de **aprovação quando obtiver o mínimo de 60% de participação positiva no módulo**. A reprovação ocorrerá diante da situação de o cursista '**não conseguir participar**' de nenhuma atividade e não se submeter às proposições de atividades de retomada de percurso na participação.

Em relação à frequência, para obtenção do certificado, o cursista deverá ter alcançado 80% de frequência às atividades propostas pelo módulo. No sentido de estimular e favorecer a participação no curso, o cursista servidor, em atividade, que cumpre jornada semanal de 40h, poderá participar das atividades na plataforma em seu horário de trabalho, num total de até 2h, acordado com a gestão do setor de trabalho de modo a não interferir na

qualidade do atendimento das atividades ali desenvolvidas. De modo geral, todos os cursistas deverão ter, no mínimo, duas participações semanais, nos fóruns e deverão participar dos *chat* de debates efetivos da disciplina, além das atividades propostas pelos professores.

Os seminários e ciclos de palestras previstos serão obrigatórios.

15. O REGISTRO DO ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO

O registro do acompanhamento acadêmico dos cursistas é efetivado em Pastas Individuais onde estarão contidos os documentos exigidos no ato de matrícula e a ficha de registro dos conteúdos e atividades desenvolvidas em cada eixo temático. Esta Ficha será preenchida pelo professor ao término de cada módulo arquivado na pasta individual do cursista ao final do curso.

A frequência à plataforma em fóruns e *chat* efetivos, além das atividades, bem como o número de pontos obtidos em cada módulo serão registrados na Ficha Individual do cursista.

16. CERTIFICAÇÃO

O certificado de conclusão do curso será emitido pelo Instituto Federal Fluminense – IF Fluminense, a partir das normas legais emitidas pelos órgãos competentes.

ANEXO **Cronograma**

PERÍODO	ATIVIDADE
23/02 a 02/03/15	Divulgação no <i>site</i> do IFFluminense
02/03 a 18/03/15	Inscrições
24/03 e 25/03/15	Ambientação na Plataforma moodle (para aqueles que não conhecem)
26/03/15	Aula Inaugural
30/03/15 a 15/04/15	Módulo I: A Educação Profissional e Tecnológica e os IF (30h).
16/04/15	Evento Técnico-Científico
17/04 a 19/04/15	Envio da produção
20/04 a 06/05/15	Módulo II: Os Institutos Federais de Educação, Ciência

	e Tecnologia (30 h)
07/05/15	Evento Técnico-Científico
08/05 a 15/05/15	Envio da produção
25/05 a 17/06/15	Módulo III: A comunicação humana (50h)
18/06/15	Evento Técnico-Científico
19/06 a 26/06/15	Envio da produção
13/07/15 a 29/07/15	Módulo IV – Parte 1: O Serviço Público e sua regulamentação (20h)
30/07/15	Evento Técnico-Científico
31/07 a 05/08/15	Envio da produção
24/08 a 09/09/15	Módulo IV – Parte 2: O Serviço Público e sua regulamentação (30h)
10/09/15	Evento Técnico-Científico
11/09 a 16/09/15	Envio da produção
05/10 a 21/10/15	Módulo V: A gestão democrática da Educação profissional (30h)
22/10/15	Evento Técnico-Científico
23/10 a 28/10/15	Envio da produção